



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

04/03/2016

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. EVENTOS.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. EVENTOS.....	2 - 4
2.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	5
2.3. PRESIDÊNCIA.....	6
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DECISÕES.....	7
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. EVENTOS.....	8
4.2. PRESIDÊNCIA.....	9
5. JORNAL O QUARTO PODER	
5.1. JUÍZES.....	10
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. EVENTOS.....	11
6.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	12
6.3. JUÍZES.....	13
6.4. OBRAS / REFORMAS.....	14
6.5. PRESIDÊNCIA.....	15

“Maranhão Contra a Corrupção” realiza seminário na AMMA

Foi aberto nessa quarta-feira (02), no Fórum de São Luís, o seminário “Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública”. O evento debate a adoção de medidas para minimizar os efeitos nefastos da corrupção no Estado do Maranhão. Um vídeo institucional com a participação dos integrantes do movimento apresentando o histórico do projeto idealizado por magistrados e promotores de Justiça, foi exibido durante a abertura.

A Corregedoria Geral da Justiça participou do ato através da juíza auxiliar da CGJ, Rosângela Prazeres, que representou a desembargadora Anildes Cruz, impossibilitada de participar por motivo de saúde. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha; a procuradora Mariléa dos Santos Costa (representando a Procuradoria Geral da

Justiça); o subprocurador-geral da República, Nicolau Dino Costa Neto; e o Diretor da ESMAM, desembargador Jamil Gedeon, também estiveram presentes na abertura do evento.

De acordo com a juíza Rosângela Prazeres as ações do movimento têm o apoio e participação da Corregedoria por meio dos juízes da comissão organizadora: Mirella Freitas, 2ª Vara de Itapecuru-Mirim; Holidice Barros, 2ª Vara de Codó; Douglas de Melo Martins, Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís; Marco Adriano Fonseca, 1ª Vara de Pedreiras e Jorge Antonio Leite, 3ª Vara de Bacabal.

Nicolau Dino realizou palestra inicial do seminário e apresentou dados estatísticos que demonstram os efeitos perversos da corrupção no Brasil. “A partir de pesquisas não muito recentes, os prejuízos ocasionados pela corrupção totali-

zam a ordem de 42 bilhões de reais, o que representa 2,3% do PIB e equivale a 40% do orçamento destinado à saúde”, destacou o subprocurador. De acordo ainda com o palestrante, o custo anual da corrupção representa mais do que União e os Estados investem em Segurança Pública. Dados de 2014 demonstram que foram aplicados cerca de 39 bilhões de reais em segurança; enquanto a corrupção consumiu, no mesmo período, a quantia de 41 bilhões.

De acordo com Mirella Freitas, magistrada e integrante do movimento, a ação constitui importante medida de combate a corrupção e prevenção à promoção dos Direitos Humanos, além de contribuir com a mudança de mentalidade da sociedade para o enfrentamento dessa questão.

O movimento Maranhão Contra a Corrupção

é uma ação organizada por juízes e promotores de Justiça do Maranhão. Tem o apoio do Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral da Justiça, Escola da Magistratura do Maranhão, Ministério Público Estadual, Escola do Ministério Público, Associação dos Magistrados do Maranhão e Associação do Ministério Público do Maranhão.

Também participaram da abertura os desembargadores Raimundo Barros, Vicente de Paula, Ricardo Duailibe, João Santana e Froz Sobrinho; o procurador chefe da Procuradoria da República do Maranhão, Juraci Guimarães Júnior; a procuradora do Ministério Público de Contas, Flávia Gonzalez Leite; o Diretor do Fórum de São Luís, Sebastião Bonfim; o vice-presidente da AMMA, Ângelo Santos; Gilberto Câmara Junior, representando a Associação do MPMA; e Tiago Diaz, presidente da OAB/MA.

Dia da mulher

A doutoranda e mestre em Direito do Trabalho pela USP (Universidade de São Paulo), Regina Stela Corrêa Vieira, é a convidada da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), e da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), para dar uma palestra em São Luís na próxima terça-feira, 8 de março. Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, ela vai comandar um debate sobre o tema “Mulher: carreira em segundo lugar? Estereótipos e barreiras à igualdade de gênero no trabalho”, a partir das 19h, no auditório da Associação dos Magistrados, no Calahu.

Na Amma, seminário debate ações contra a corrupção

Evento começou na quarta-feira e termina hoje com a participação de juízes, promotores e desembargadores, na Associação dos Magistrados

Juízes, promotores e desembargadores se reúnem até hoje na sede da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) no seminário “Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública”. O evento debate a adoção de medidas para minimizar os efeitos da corrupção no Estado do Maranhão. De acordo com o Juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, e membro da comissão organizadora do evento, é necessário que o judiciário maranhense alinhe seus posicionamentos com relação ao tema para então dar um esclarecimento maior à população.

Isso porque este seminário tem também o objetivo de uniformizar o conhecimento e entendimento dos magistrados que irão executar entre 7 e 18 de março o Mutirão de Julgamento das ações contra improbi-

dade administrativa, em cerca de 60 unidades judiciais de todo o Maranhão.

Prejuízos

A palestra inicial foi proferida na quarta-feira, 2, pelo subprocurador-geral da República, Nicolau Dino Costa Neto. Ele relatou que os prejuízos ocasionados pela corrupção totalizam cerca de R\$ 42 bilhões de reais, o que representa 2,3% do PIB e equivale a 40% do orçamento destinado à saúde. Ressaltou ainda que o custo anual da corrupção representa mais do que União e os Estados investem em Segurança Pública. Dados de 2014 demonstram que foram aplicados cerca de 39 bilhões de reais em segurança; enquanto a corrupção consumiu, no mesmo período, a quantia de 41 bilhões.

Ontem, as palestras foram proferidas por Flávio Amaral Garcia, que

falou sobre fraudes em licitação, pelo juiz Douglas de Melo Martins, destacando o assunto corrupção e desenvolvimento humano, e pelo jurista Fábio Medina Osório, que tratou dos aspectos práticos e processuais relativos à tramitação e Instrução da Ação de Improbidade.

Para hoje são esperadas palestras com Jairo Cavalcante Vieira, sobre ação de Improbidade embasada nos Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Cláudio Rebêlo Correia, falando sobre execuções de Acórdãos do TCE, e o Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Mauro Campbell Marques, destacando os aspectos Controvertidos da Lei de Improbidade Administrativa na visão do STJ.

O seminário faz parte do movimento Maranhão contra a Corrupção, idealizado por juízes e promotores do estado. ●

Contra a corrupção

Será encerrado hoje, no auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão, o seminário “Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública”.

O evento, aberto na última quarta-feira, debate a adoção de medidas para minimizar os efeitos da corrupção no Maranhão.

O ministro Mauro Campbell Marques, do STJ, ministra palestra hoje sobre aspectos controvertidos da Lei de Improbidade Administrativa.

Mutirão no Juizado do Uniceuma

O mutirão processual do 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, também conhecido como Juizado do Uniceuma, será realizado até o dia 31 deste mês. Na pauta, a realização de 415 audiências. A

iniciativa busca promover uma Justiça mais célere e eficiente para o cidadão maranhense, com o enxugamento da pauta de audiências. A coordenadora é a juíza Maria José França Ribeiro, titular do juizado.

Processo judicial será eletrônico nas comarcas

Implantação de sistema na capital e no interior do Maranhão permitirá tramitação sem papel

Em 2016, o Processo Judicial Eletrônico (PJe) será implantado nas comarcas de Açailândia, Balsas, Barra do Corda, Codó, Coroatá, Grajaú, João Lisboa, Imperatriz, Timon, Itapeturu, Vitorino Freire, nas comarcas da Ilha de São Luís (São Luís, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar) e no Tribunal de Justiça, onde todos os processos judiciais passarão a tramitar por meio eletrônico, sem uso do papel.

O anúncio foi feito pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, durante a sessão plenária administrativa de quarta-feira, quando apresentou cronograma de implantação aprovado pela Comissão de Informática do TJMA.

A Comissão – formada pelos desembargadores Jorge Rachid (presidente), Jamil Gedeon, Joaquim Figueiredo e Froz Sobrinho – aprovou cronograma garantindo que 47% das unidades judiciais de 1º Grau estarão utilizando o sistema até o fim de 2016. A seleção das comarcas considerou, principalmente, a capacidade dos links de dados que atendem às unidades.

De acordo com o cronograma, a implantação do PJe na sede do TJMA acontecerá no período de 2 de maio a 30 de junho. Nas comarcas da Ilha de São Luís, ocorrerá no período de 4 de abril a 30 de junho. Já nas comarcas do interior selecionadas, a implantação começa no dia 1º de agosto e se estende até 30 de novembro.

Expansão

Na Justiça estadual maranhense, o PJe já está instalado em 25% das uni-

MAIS

Sistema é um projeto do CNJ

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) é o serviço informatizado de constituição, representação eletrônica, processamento de informações, prática de atos processuais, gestão e tramitação de processos jurisdicionais e administrativos no âmbito do Poder Judiciário. O sistema é um projeto do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme a Resolução nº 185/2013. O prazo final para implantação do sistema em todo o judiciário nacional é o ano de 2018.

dades judiciais de 1º Grau e 33% das unidades de 2º Grau. Em 2016, a nova ferramenta será implantada em todos os gabinetes e órgãos julgadores de 2º Grau. Os processos que começaram no 1º Grau em papel, assim continuarão a tramitar no 2º Grau. Já aqueles que começarem de forma eletrônica no 1º serão remetidos da mesma forma ao 2º.

Segundo os membros da Comissão, essa abordagem permitirá a economia de recursos, evitando despesas com impressão e possibilitando uma transição mais adequada entre o modelo em papel e o processo eletrônico. ●

3 *Mudando de Brasília para o Maranhão, o município de Santa Inês também vive pura efervescência política. O prefeito Ribamar Alves, quando foi preso, tirou licença pela Câmara e o vice Edinaldo Dino (PT) assumiu. Logo em seguida, o juiz da comarca cassou a licença e afastou Ribamar Alves.*

MP realiza seminário "Improbidade administrativa e crimes contra a administração pública"



Fotos Jhelson Gomes

Mesa de abertura reuniu diversas autoridades

Em solenidade realizada no auditório do Fórum de São Luís, na noite dessa quarta-feira, 2 de março, foi aberto o seminário "Improbidade administrativa e crimes contra a administração pública". A programação teve prosseguimento ontem e continua nesta sexta-feira, 3 e 4, na sede da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), no Calhau.

O evento é promovido pelo movimento "Maranhão contra a Corrupção", iniciativa de promotores de justiça, juízes e membros do Ministério Público de Contas com o objetivo de discutir estratégias de combate e prevenção à corrupção.

A procuradora de justiça Mariléa Campos dos Santos Costa representou a procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, no evento. Ela destacou a atuação do Ministério Público do Maranhão no combate à corrupção, a exemplo da operação que

desarticulou organização criminosa responsável pelo esquema de agiotagem em mais de 100 municípios maranhenses.

"O desvio das receitas públicas provoca resultados devastadores no cenário social do país, afetando principalmente serviços públicos indispensáveis, como saúde, educação e segurança. O Ministério Público está atuando de forma firme no combate à corrupção, por meio das investigações civis e criminais, bem como interpondo ações civis por atos de improbidade e ações penais pelos crimes praticados por esses agentes públicos", afirmou Mariléa Costa.

A representante do MPMA destacou, ainda, que, desde janeiro de 2013, a instituição já ajuizou mais de 1900 ações civis públicas com o objetivo de responsabilizar maus gestores.

Além disso, o Ministério Público atua em projetos institucionais destinados a combater os desvios de recursos nas



Temas relativos à improbidade administrativa são o foco do evento

áreas da saúde e educação, a exemplo da operação "Pau de Arara", em conjunto com a Controladoria Geral da União, para combater o desvio de recursos no transporte escolar.

Já o presidente do Tribunal de Justiça, Cleones Cunha, enfatizou que os mais afetados pela corrupção são os mais pobres, que dependem dos serviços públicos. "Devemos buscar um país mais justo, com menos corrupção e menos impunidade", declarou.

O evento teve prosseguimento com a palestra "Combate à corrupção", proferida pelo subprocurador-geral da República, Nicolao Dino. O desembargador Jamil Gedeon foi o debatedor. O promotor de justiça e vice-presidente da Associação do Ministério Público do Maranhão (Ampem), Gilberto Câmara, também compôs a mesa de abertura.

Mutirão
Combate à corrupção, frau-

de à licitação, desenvolvimento humano e a Lei de Improbidade Administrativa são alguns dos temas a serem debatidos no evento.

Também estiveram presentes os promotores de justiça Flávia Valéria Nava (Itapecuru-Mirim) e Cláudio Rebêlo (São Luís), que são organizadores do seminário e componentes do Movimento "Maranhão Contra a Corrupção".

O seminário é uma atividade de preparatória para o mutirão, a ser realizado de 7 a 18 de março, cujo objetivo é dar encaminhamento a ações de improbidade administrativa, envolvendo gestores e ex-gestores públicos do Maranhão.

O mutirão que julgará os processos de improbidade envolverá diversas unidades judiciais do estado. "O movimento é voluntário e a ideia é manter as ações de forma permanente", concluiu o promotor Cláudio Rebêlo. (Jhelson Gomes / CCOM-MPMA)

Presidente do TJ ressalta importância da mobilização

Magistrados, procuradores, promotores, defensores públicos e autoridades executivas reuniram-se na abertura do seminário “Improbidade Administrativa e Crimes contra a Administração Pública”, para discutir sobre a adoção de medidas que possam minimizar os efeitos da corrupção no espaço público do Estado do Maranhão. O evento – organizado pelo movimento “Maranhão contra a Corrupção” – iniciou nessa quarta-feira (2) e se estenderá até a sexta-feira (4), no auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA).

A abertura dos trabalhos, em solenidade no Auditório José Joaquim Ramos Filgueiras, no Fórum de São Luís, foi feita pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, que ressaltou a importância da mobilização conjunta do Judiciário e Ministério Público no combate à corrupção no Estado.

“Somos as peças essenciais na construção desse paradigma. Temos o dever de nos mobilizarmos, em ação conjunta, tal como se propõe este seminário, para estudarmos mecanismos que promovam a correta e eficiente aplicação da lei, criando um novo capítulo na nossa história e tentando quebrar o tão conhecido e abominável ‘ciclo de impunidade’”, ressaltou o presidente.

Ele destacou que apenas a indignação não é suficiente para o combate à prática da corrupção, mas é preciso transformá-la em medidas efetivas para a sociedade. “A agilidade nos processos envolvendo corrupção, a qual deve ser trabalhada respeitando os direitos fundamentais dos envolvidos, há de ser priorizada”, frisou.

O presidente do TJMA enfatizou, também, que é preciso que os juízes, como membros do Poder Judiciário, mantenham a sua total imparcialidade, respeitando integralmente os direitos dos réus nas ações de improbidade e penais, em especial os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

Medidas – Uma das primeiras medidas a serem adotadas pelo movimento “Maranhão contra a Corrupção” será a realização de um mutirão para julgamento das ações civis por ato de improbidade administrativa e das ações criminais vinculadas para o período de 7 a 18 de março de 2016.

Presente ao evento, a procuradora de Justiça, Mariléa Campos dos Santos Costa – representando a procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia Almeida Rocha – destacou a atuação do órgão ministerial no

combate à corrupção no Maranhão, em parceria com a Polícia Civil e Federal, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas do Estado, por meio de investigações criminais e ações cíveis por atos de improbidade administrativa.

“No Maranhão, destacamos a atuação conjunta do Ministério Público no combate aos desvios de recursos públicos, em várias prefeituras, e o combate irrestrito à grandiosa organização criminosa responsável pelo esquema de agiotagem em diversos municípios”, salientou a procuradora.

A primeira palestra sobre “Combate à Corrupção” foi ministrada pelo subprocurador-geral da República, Nicolao Dino, que enfatizou o custo da corrupção no país. “Possuímos dados constrangedores sobre os efeitos nocivos decorrentes da corrupção no nosso país,

que, comparativamente, corresponde hoje a 40% do nosso Produto Interno Bruto (PIB)”, declarou.

Participaram, também, da solenidade de abertura os desembargadores Raimundo Barros, Vicente de Paula, Ricardo Duailibe, João Santana e Froz Sobrinho; procurador chefe da Procuradoria da República do Maranhão, Juraci Guimarães Júnior; o diretor da Escola Superior da Magistratura, desembargador Jamil Gedeon; a procuradora do Ministério Público de Contas, Flávia Gonzalez Leite; o vice-presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Ângelo Santos; o primeiro vice-presidente da Associação do MPMA, Gilberto Câmara França Júnior; o diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Bonfim; e o presidente da OAB-MA, Thiago Diaz. *(Danielle Limeira/Asscom TJMA)*

Justiça obriga Município de Cururupu a implantar plano de saneamento básico

Uma decisão proferida pelo juiz Douglas da Guia, titular de Cururupu, determina que o Município de Cururupu implante o Plano Municipal de Saneamento Básico devendo, no prazo máximo de 30 dias, adotar as medidas necessárias para iniciar o procedimento de elaboração. O prazo para a conclusão do plano é de 90 dias. Para proferir a decisão, o juiz levou em consideração a Lei Federal 11.445/2007 e o Decreto 7217/2010.

Essas leis determinavam que os municípios elaborassem os respectivos planos até 31 de dezembro de 2015, sob pena de restar inviabilizado o acesso a recursos orçamentários provenientes da União e recursos de financiamentos geridos por órgãos públicos destinados a saneamento

básico. O Município alegou, de modo geral, lesão à ordem pública administrativa e ao erário municipal, a impossibilidade de concessão de tutela satisfativa, pugnando pela rejeição do pedido liminar, “ante a ausência dos requisitos legais”.

“Embora se trate de competência comum dos entes federados, a discussão posta na origem cinge-se às questões de interesse local, de tal modo que o Município, percebendo que os demais entes não cumpriram a obrigação, não deveria ter permanecido inerte”, destacou Douglas da Cunha na sentença. E segue: “Quanto ao prazo de elaboração do Plano de Saneamento Básico, entendo que deve ser iniciado, em no máximo 30 (trinta) dias, porque se en-

contra vencido o prazo estabelecido pelo Decreto 7217/2010, inviabilizando o recebimento de eventuais verbas federais para a área de saneamento básico e também porque o Município já está em mora e sua inércia de anos no equacionamento do problema urbana gera prejuízo ambiental e à população local”.

“O artigo 23, inciso IX da Constituição da República prevê expressamente que cabe ao município promover programas de saneamento básico, inexistindo na atuação do Poder Judiciário para esse fim afronta ao Princípio da Separação dos Poderes ou invasão de poder discricionário da Administração Pública”, ressalta a decisão.

Por fim, Douglas concedeu a antecipação de tute-

la (cumprimento da sentença antes da conclusão do processo) e determinou ao requerido que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as medidas pertinentes para iniciar o procedimento de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, em conformidade com as diretrizes apontadas na Lei Federal 11445/2007 e no Decreto 7217/2010, estabelecendo prazo para sua conclusão em 90 (noventa) dias.

Em caso de descumprimento da medida liminar, foi fixada a multa diária e pessoal ao representante legal do requerido, no caso o Prefeito de Cururupu, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do artigo 12, § 2º, da Lei nº. 7.347/85 e, apenas, subsidiariamente, ao Município de Cururupu.

Seminário

Magistrados, procuradores, promotores, defensores públicos e autoridades executivas reuniram-se na abertura do seminário “Improbidade Administrativa e Crimes contra a Administração Pública”, para discutir sobre a adoção de medidas que possam minimizar os efeitos da corrupção no espaço público do Estado do Maranhão. O evento – organizado pelo movimento “Maranhão contra a Corrupção” que se estende até esta sexta-feira (4), no auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA). A abertura dos trabalhos, em solenidade no Auditório José Joaquim Ramos Filgueiras no Fórum de São Luís, foi feita pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cle-

ones Cunha, que ressaltou a importância da mobilização conjunta do Judiciário e Ministério Público no combate à corrupção no Estado.

Mutirão processual acontece no 7º Juizado até o final do mês

O 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, também conhecido como o Juizado do Ceuma, iniciou nesta semana um mutirão processual. Os trabalhos na unidade judicial estão sendo realizados sob a coordenação da juíza Maria José França Ribeiro, titular do juizado. O mutirão segue até o dia 31 deste mês.

Na pauta do evento, a realização de 415 audiências. De acordo com informações da secretaria judicial, as audiências estão acontecendo em três salas do juizado. “Dentro dessa agenda, nós conseguimos antecipar 152 audiências, que a princípio estavam designadas para o segundo semestre do ano de 2016 no sistema PJE – Processo Judicial Eletrônico”, explicou Maria José.

O funcionamento na secretaria do juizado, bem como o atendimento ao público, continua normal durante o mutirão. A juíza está sendo auxiliada nas atividades

pela equipe que compõe a unidade judicial, composta de assessores, conciliador, analista, e técnicos. Atualmente, tramitam no juizado cerca de 3.380 processos e a área de abrangência do juizado compreende os bairros Jardim Renascença, Renascença II, Santa Eulália, Loteamento Jaracaty, Alto do Calhau, Parque do Calhau, Planalto do Calhau, Vila Independência, Cohafuma, Vinhais, Vinhais I, Vinhais II, Vinhais III, Vinhais IV, Vinhais V, Quintandinha, Parque La Ravardiere, Aquarela, Vila Paraíso, Loteamento Boa Vista, Planalto Vinhais I, Planalto Vinhais II, Vila Roseana, Parque Olinda, Belo Horizonte, Vinhais Velho, Jardim Monterrey, Boa Morada, Recanto dos Vinhais, Conjunto Habitacional Vinhais, Conjunto dos Ipês, Vila 25 de Maio, Loteamento Vinhais, Parque Ângela, Vila Menino Jesus de Praga.

Município de Cururupu terá de implantar plano de saneamento básico em um mês

Uma decisão proferida pelo juiz Douglas da Guia, titular de Cururupu, determina que o Município de Cururupu implante o Plano Municipal de Saneamento Básico devendo, no prazo máximo de 30 dias, adotar as medidas necessárias para iniciar o procedimento de elaboração. O prazo para a conclusão do plano é de 90 dias. Para proferir a decisão, o juiz levou em consideração a Lei Federal 11.445/2007 e o Decreto 7217/2010.

Essas leis determinavam que os municípios elaborassem os respectivos planos até 31 de dezembro de 2015, sob pena de restar inviabilizado o acesso a recursos orçamentários provenientes da União e recursos de financiamentos geridos por órgãos públicos destinados a

saneamento básico. O Município alegou, de modo geral, lesão à ordem pública administrativa e ao erário municipal, a impossibilidade de concessão de tutela satisfativa, pugnando pela rejeição do pedido liminar, “ante a ausência dos requisitos legais”. “Embora se trate de competência comum dos entes federados, a discussão posta na origem cinge-se às questões de interesse local, de tal modo que o Município, percebendo que os demais entes não cumpriram a obrigação, não deveria ter permanecido inerte”, destacou Douglas da Cunha na sentença. E segue: “Quanto ao prazo de elaboração do Plano de Saneamento Básico, entendo que deve ser iniciado, em no máximo 30 (trinta) dias, porque se encontra vencido o

prazo estabelecido pelo Decreto 7217/2010, inviabilizando o recebimento de eventuais verbas federais para a área de saneamento básico e também porque o Município já está em mora e sua inércia de anos no equacionamento do problema urbana gera prejuízo ambiental e à população local”.

“O artigo 23, inciso IX da Constituição da República prevê expressamente que cabe ao município promover programas de saneamento básico, inexistindo na atuação do Poder Judiciário para esse fim afronta ao Princípio da Separação dos Poderes ou invasão de poder discricionário da Administração Pública”, ressalta a decisão. Por fim, Douglas concedeu a antecipação de tutela

(cumprimento da sentença antes da conclusão do processo) e determinou ao requerido que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as medidas pertinentes para iniciar o procedimento de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, em conformidade com as diretrizes apontadas na Lei Federal 11445/2007 e no Decreto 7217/2010, estabelecendo prazo para sua conclusão em 90 dias.

Em caso de descumprimento da medida liminar, foi fixada a multa diária e pessoal ao representante legal do requerido, no caso o Prefeito de Cururupu, no valor de R\$ 1 mil, nos termos do artigo 12, § 2º, da Lei nº 7.347/85 e, apenas, subsidiariamente, ao Município de Cururupu.

(Ascom TJMA)

TJMA conclui reforma do Juizado de São José de Ribamar após incêndio

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concluiu reforma do prédio do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de São José de Ribamar (distante 27 quilômetros de São Luís), após incêndio ocorrido em 12 de janeiro passado. Além de pintura geral, instalação de novas divisórias, portas e trincos, a reforma incluiu a revisão das instalações elétricas (novos quadros de energia, com

supressores de surto e luminárias), rede lógica (equipamentos de switch, rack de piso, pontos lógicos, organizador de cabos, entre outros), climatização (revisão em todos os aparelhos condicionadores de ar) e telefonia (pontos telefônicos, tomada para telefone, central telefônica PABX). De acordo com o juiz titular do Juizado, Marcelo Libério, o incêndio teve início no rack de

distribuição de internet, instalado no interior do prédio, onde funcionavam nobreaks ligados 24 horas. O segurança notou grande quantidade de fumaça escura intensa, tendo acionado, em seguida, o Corpo de Bombeiros para debelar o incêndio. Logo que foi informado sobre o incidente, o presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, determinou às diretorias de Engenharia e de Informática a adoção de providências urgentes no sentido de restabelecer, em temo hábil, o pleno funcionamento do Juizado, fazendo as intervenções necessárias nas suas instalações. Em 30 dias o prédio foi totalmente

reformado e entregue ao juiz titular daquela unidade judicial, Marcelo Libério. Para não haver prejuízos para os jurisdicionados, durante a reforma, o Juizado passou a funcionar provisoriamente no salão do Tribunal do Júri do Fórum de São José de Ribamar. Não houve perda de processos ou documentos físicos. Oitenta e cinco por cento dos processos da área cível que tramitam no Juizado são digitalizados nos Sistemas PJE e Projudi. Os processos criminais – que são físicos – não foram atingidos pelo incêndio. A unidade judicial possui hoje, no total, cerca de 4 mil processos.

(Ascom TJMA)



Cleones Cunha (presidente do Tribunal de Justiça) e Anildes Cruz (Corregedora de Justiça) com a presidente da Associação Comercial, Luzia Rezende, e o diretor Douglas Pinho, durante audiência quarta-feira (02)